

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos</i>	XV
<i>Abreviaturas e Termos Técnicos</i>	XVII
<i>Apresentação à 3ª Edição</i>	XXI
<i>Apresentação da Prof.ª Ada Pellegrini Grinover</i>	XXIII
<i>Apresentação do Prof. Luiz Rodrigues Wambier</i>	XXV
<i>Apresentação do Des. Décio Meirelles Góes</i>	XXVII
<i>Prefácio</i>	XXIX
PARTE I	
Introdução	1
I. Sociedade, Sociedade da Informação e Direito	7
I.1. Existe Sociedade sem Estado?.....	7
I.1.1. A Ideia de Sociedade e a Sociedade da Informação.....	11
I.1.2. A Quebra das Barreiras Geofísicas sem Guerra – A Verdadeira Quebra de Paradigma e a Necessidade de Enfrentamento pelo Direito. Uma Nova Sociedade da Informação	13
I.2. A Possibilidade de Ineficácia das Decisões Judiciais, diante do Direito Material.....	15
I.3. A Função do Direito Processual e o Acesso à Justiça – Uma Visão diante da Concretização do Processo Eletrônico.....	17
I.3.1. A Terceira Onda de Cappelletti e o Acesso à Justiça através do Processo Eletrônico .	18
I.4. O Processo Eletrônico como Forma de Solucionar Conflitos da Era Eletrônica.....	21
II. O Direito e as Novas Tecnologias	24
II.1. A Adoção de Meios Eletrônicos no Brasil	24
II.1.1. Breve Retrospectiva no Processo Civil.....	25
II.1.2. Breve Retrospectiva no Processo Penal.....	28
II.1.3. Breve Retrospectiva no Processo do Trabalho	33
II.1.4. Breve Retrospectiva no Processo Administrativo.....	37
III. Poder – Intervenção Estatal – Jurisdição	38
III.1. A Ideia de Poder	38
III. 2. A Intervenção Estatal	40
IV. Direito Material Eletrônico e Direito Processual.....	43
IV.1. Definição de Direito Eletrônico.....	43
IV.1.1. Direito da Informática ou Direito Eletrônico?.....	46
IV.1.2. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e o Direito Eletrônico.....	48

IV.2. O Direito Processual.....	52
V. Jurisdição.....	54
V.1. Uma Nova Sistematização da Jurisdição.....	57
V.1.1. Justificando a Ideia de uma Nova Jurisdição.....	60
V.2. Princípios Inerentes à Jurisdição – Aplicação ao Processo Eletrônico.....	62
V.2.1. Princípio da Investidura.....	62
V.2.2. Princípio da Aderência ao Território.....	63
V.2.3. Princípio da Indelegabilidade.....	64
V.2.4. Princípio da Inevitabilidade.....	64
V.2.5. Princípio da Inafastabilidade.....	65
V.2.6. Princípio do Juiz Natural.....	65
V.2.7. Princípio da Inércia Judicante.....	66
V.3. Outros Princípios Processuais.....	67
V.3.1. Princípio do Devido Processo Legal.....	67
V.3.2. Princípio da Imparcialidade do Juiz.....	71
V.3.3. Princípio da Igualdade.....	71
V.3.4. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.....	72
V.3.5. Princípio da Ação.....	79
V.3.6. Princípios da Disponibilidade e Indisponibilidade.....	79
V.3.7. Princípios do Dispositivo e da Livre Investigação das Provas.....	80
V.3.7.1. Ressalva ao Princípio – Necessidade de Aprofundamento na Prova. Direito Processual Penal.....	82
V.3.8. Princípio da Oralidade – Sua Posição no Processo Eletrônico.....	83
V.3.9. Princípio da Motivação das Decisões Judiciais.....	85
V.3.10. Princípio da Publicidade. Necessidade de Relativização.....	85
V.3.11. Princípio da Lealdade Processual.....	94
V.3.12. Princípios da Instrumentalidade e da Economia Processual – Visão Geral sobre o Processo Eletrônico.....	95
V.3.13. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	96
VI. Competência.....	98
VI.1. Competência Absoluta e Relativa. Algumas Considerações.....	100
VI.1.1. Competência de Foro.....	102
VI.1.2. Competência de Juízo.....	105
VI.1.3. Proposta <i>de Lege Ferenda</i>	107
VII. Ação – Processo – Lide.....	109
VII.1. Conceito de Ação.....	110
VII.1.1. Consideração Importante acerca do Processo Eletrônico.....	111
VII.2. Condições da Ação.....	113
VII.2.1. Possibilidade Jurídica do Pedido.....	114
VII.2.2. Interesse de Agir.....	115
VII.2.3. Legitimidade <i>ad Causam</i>	116
VIII. Processo e Procedimento.....	117
VIII.1. As Influências no Processo Eletrônico.....	119
VIII.2. O Procedimento Eletrônico.....	122
VIII.3. Os Tipos de Processo.....	123
VIII.3.1. O Processo de Conhecimento e o Procedimento Eletrônico.....	123

VIII.3.2. O Processo Cautelar e o Procedimento Eletrônico.....	126
VIII.3.3. O Processo de Execução e o Procedimento Eletrônico.....	127
IX. Pressupostos Processuais – Mais um?.....	129
IX.1. Pressupostos Processuais de Existência.....	129
IX.2. Pressupostos Processuais de Validade.....	131
IX.3. Pressupostos Negativos.....	133
X. Atos Processuais e Princípio da Instrumentalidade. A Teoria da Deformalização Defendida por Cândido Rangel Dinamarco e o Processo Eletrônico.....	135
X.I. Atos Processuais. Conceito.....	135
X.I.1. Atos Judiciais.....	136
X.I.2. Atos dos Auxiliares da Justiça.....	137
X.I.3. Atos das Partes.....	137
X.II. Deformalização do Processo. A Posição do Prof. Cândido Rangel Dinamarco.....	138
XI. Assinatura Digital. Um Importante Elemento no Processo Eletrônico. E Uma Polêmica.....	141
PARTE II	
XII. A Inserção do Processo Eletrônico.....	145
XII.1. O Projeto de Lei do Processo Eletrônico.....	145
XII.2. Da Informatização do Processo Judicial.....	152
XII.2.1. O Uso dos Meios Eletrônicos.....	152
XII.2.1.1. Art. 1º.....	152
XII.3. Documento Eletrônico e Ato Processual.....	154
XII.4. Aplicação ao Processo Civil, do Trabalho e Penal.....	157
XII.4.1. Definições Legais.....	162
XII.4.2. A Transmissão Eletrônica.....	165
XII.4.3. Art. 2º.....	165
XIII. Os Atos e os Prazos Processuais.....	167
XIII.1. Art. 3º.....	167
XIII.2. O Desperdício Legislativo e a Possibilidade de Redução dos Prazos da Fazenda.....	170
XIII.3. Para uma Idealização dos Atos Processuais por Meios Eletrônicos.....	173
XIII.2.1. As Nulidades no Processo Eletrônico.....	176
XIII.3.1. A Privacidade do Cidadão Diante do Processo Eletrônico.....	177
XIV. Comunicação dos Atos Processuais.....	179
XIV.1. Art. 4º.....	181
XIV.2. A Intimação das Partes e a Incoerência do Texto Legal.....	183
XIV.2.1. Art. 5º.....	185
XIV.2.2. As Formas de Comunicação dos Atos no Processo Eletrônico.....	188
XIV.3. Arts. 5º a 7º.....	188
XIV.3.1. As Intimações no Processo Eletrônico.....	190
XIV.4. As Citações no Processo Eletrônico.....	192
XV. As Cartas por Meio Eletrônico.....	195
XV.1. As Precatórias por Meio Eletrônico.....	195
XV.1.1. Uma Ideia para o <i>Modus Operandi</i> das Precatórias <i>on Line</i>	198
XVI. O Processo Eletrônico.....	200
XVI.1. Arts. 8º a 13.....	200
XVI.2. Comunicação dos Atos Processuais – Repetição do Capítulo II da Lei do Processo Eletrônico. A Intervenção de Terceiros não Prevista.....	205

XVI.3. A Insegurança dos Sistemas de Informação em Rede. Novamente a Questão da Citação .	207
XVI.4. Distribuição, Digitalização de Documentos e Conservação dos Autos	209
XVI.5. Documentação Eletrônica, Armazenamento de Dados e Segredo de Justiça	213
XVI.6. Art. 11.....	215
XVI.7. Art. 12	222
XVI.7.1. A Redação do Parágrafo 2º e a Confusão Desdobrada no Parágrafo 3º	224
XVI.8. O Art. 13.....	225
XVII. A Parte Final da Lei – Disposições Finais	230
XVII.1. Art. 14	231
XVII.2. Art. 15	234
XVII.3. Art. 16	235
XVII.4. Art. 17 (Vetado)	236
XVII.5. Art. 18	239
XVII.6. Art. 19	240
XVII.7. Art. 20	242
XVII.8. Art. 21 (Vetado)	251
XVII.9. Art. 22 – <i>Vacatio Legis</i>	252
PARTE III	
XVIII – As Novas Reformas do CPC – Processo de Execução e os Meios Eletrônicos	253
XVIII.1. Art. 655-A – CPC – Requisição de Informações de Ativos	254
XVIII.2. Art. 659 – CPC – Penhora e Averbação por Meio Eletrônico	257
XVIII.3. Art. 685-C – CPC – Alienação por Iniciativa do Credor	258
XVIII.4. Art. 687 – CPC – Comunicações por Meios Eletrônicos.....	259
XVIII.5. Art. 689-A – CPC – Os Procedimentos dos Arts. 686 e 689	260
XIX. A Postura da Ordem dos Advogados do Brasil contra a Informatização Judicial.....	262
XIX.1. As ADIs.....	263
XX. As Regulamentações do CNJ e do TST	279
XXI. O Processo Eletrônico não Desumaniza a Relação	284
XXI.1. Humano, Demasiadamente Eletrônico. Eletrônico, Demasiadamente Humano.....	284
XXI.2. A Humanização através dos Meios Cibernéticos. Necessidade de Conscientização	286
XXI.3. Efetividade do Processo através dos Canais Informativos. Ampliação da Humanização do Processo	289
XXI.4. Por uma Política Internacional de Conscientização.....	292
XXI.5. Conclusões	292
POSFÁCIO – Breve Nuance sobre o Direito, a Informática e o Processo desde uma Perspectiva Lusitana.....	295
Considerações Finais	305
Adendo	307
Adendo I – Decisão Proferida em Sede de <i>Habeas Corpus</i>	307
Adendo II – Sítio de Editor que Viola Decisão do Supremo Tribunal Federal e Comercializa Obras com Conteúdos Racista e Antissemita	309
II.1. Relação de Livros Vendidos, ainda que Proibidos	311
Adendo III – Pacto Republicano em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano.....	312
III.1. Implementação da Reforma Constitucional do Judiciário	312
III.2. Reforma do Sistema Recursal e dos Procedimentos	313

III.3. Defensoria Pública e Acesso à Justiça	313
III.4. Juizados Especiais e Justiça Itinerante	313
III.5. Execução Fiscal	314
III.6. Precatórios	314
III.7. Graves Violações contra Direitos Humanos	314
III.8. Informatização	315
III.9. Produção de Dados e Indicadores Estatísticos	315
III.10. Coerência entre a Atuação Administrativa e as Orientações Jurisprudenciais já Pacificadas	316
III.11. Incentivo à Aplicação das Penas Alternativas	316
Adendo IV – Íntegra da Decisão Proferida em Sede de Mandado de Segurança – Determinação de Utilização do <i>E-Proc</i> – TRF da 4ª Região	316
Adendo V – TAC	324
 TEXTOS	
Texto I – Visita ao Brasil de Leandro Despouy, Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre a Independência dos Juizes e Advogados.....	333
1.1. Agradecimentos e Dados Gerais sobre a Visita	333
1.2. Aspectos Gerais e Especificidades Regionais.....	334
1.3. A Reforma.....	335
1.4. Experiências Positivas	336
1.5. Recomendações	337
Texto II – Mensagens Trocadas entre os Professores Fernando Galindo, José Carlos de Araújo Almeida Filho e o Juiz Rômulo de Araújo Mendes	338
Texto III – PL n. 4.331/2001	339
Projeto de Lei n. 4.331-B, de 2001	346
Texto IV – O Estado como Superparte no Processo.....	346
IV.1. Introdução.....	346
IV.2. O Estado e o Conceito de Estado Democrático de Direito, a partir de um Princípio Iluminista	349
IV.2.1. O Estado Medieval	351
IV.2.2. O Poder nas Mãos do Soberano.....	354
IV.2.3. As Corporações de Ofício.....	355
IV.2.4. Críticas ao Corporativismo.....	356
IV.3. O Princípio da Isonomia.....	356
IV.3.1. A Necessidade dos Desiguais.....	359
IV.3.2. O Estado é Desigual.....	359
IV.4. Estado como Superparte no Processo Civil.....	361
IV.4.1. O Processo Civil Constitucional.....	362
IV.4.2. O Princípio da Igualdade em Matéria Processual.	363
IV.4.3. A Posição do Supremo Tribunal Federal	363
IV.4.4. Os Juizados Especiais Federais e a Inexistência da Norma Protetiva Concedida ao Estado.....	365
IV.5. Conclusão	366
IV.6. Bibliografia.....	367
Jurisprudência	369

Decisão do STJ – Publicidade de Atos na Internet	369
ADI-MC 1517/UF – União Federal – Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade	370
Furto e Internet – Competência.....	371
Pedofilia. Competência	372
Competência. Internet. Banco do Brasil. Justiça Estadual.....	373
Competência. Marca. INPI.....	374
Código de Defesa do Consumidor. Alegação de Hipossuficiência	374
Conflito de Competência. Local do Crime. <i>E-mail</i>	374
Carta Rogatória n. 297 – de (2005/0010755-8)	375
Interrogatório <i>On-Line</i>	377
Legislação Estrangeira – Processo Civil Eletrônico Italiano	378
Rules of Transnational Civil Procedure	383
Pareceres	401
Parecer sobre Intimação Eletrônica.....	401
I. Considerações Preliminares	401
I.1. O Sistema Eletrônico	403
I.2. Os Juizados Especiais Federais	404
I.3. Meios Eletrônicos nos Juizados Especiais	405
I.4. O Princípio da Instrumentalidade do Processo	405
II. Mérito do Estudo	405
II.1. Citações/Intimações Eletrônicas nos Juizados Especiais Federais.....	406
II.2. Substituição do Livro de Sentença por Arquivo em Meio Eletrônico	406
III. Anexo	409
III.1. Estrutura	409
III.2. Procedimentos	409
Consolidação Normativa	411
Capítulo IV – Dos Livros Cartorários.....	411
Seção I – Disposições Gerais	411
1. Substituição de Pastas Obrigatórias por Arquivos em Meio Eletrônico	412
Anexo	414
Conclusão.....	415
Bibliografia	421
Periódicos.....	422
Internet	422
Links Indicados para Pesquisa	422